Base governista no Senado votará lei eleitoral dividida

Aliados deverão buscar votos no PPB e no PMDB para conseguir as alterações que o Planalto quer

Lydia Medeiros

• BRASÍLIA. A base governista no Senado deverá repetir o comportamento adotado na Câmara para votar a lei eleitoral, ficando dividida e criando dificuldades ao Planalto para mudar o texto. Para atender ao pedido do presidente Fernando Henrique Cardoso e poupá-lo do veto ao dispositivo que aumenta os recursos do Fundo Partidário para R\$ 420 milhões, os governistas terão que buscar votos no PMDB e no PPB, que tendem a votar pela manutenção da proposta. Os partidos aliados não conseguiram se entender nem sobre a indicação do relator e brigam pelo posto.

Hoje, o Governo terá sua primeira batalha para definir as regras eleitorais do próximo ano: a votação da emenda que acaba com o segundo turno na eleição de governadores e prefeitos, em pauta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A emenda para acabar com o

segundo turno, do senador Júlio Campos (PFL-MT), tem apoio de 51 senadores, entre eles José Sarney (PMDB-AP), Jáder Barbalho (PMDB-PA) e Sérgio Machado (PSDB-CE). Contra a emenda estão o líder do Governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e José Serra. O parecer do relator, Francisco Pereira (PFL-MG), foi favorável à emenda. O senador mantém o segundo turno para a eleição presidencial, mas dificulta sua ocorrência.

Proposta permite a candidato ganhar até com 40% dos votos

Pela proposta, o candidato que tiver 45% dos votos ou 40% com uma diferença de pelo menos dez pontos percentuais em relação ao segundo colocado estaria eleito no primeiro turno. Os defensores da proposta têm em mãos uma interpretação jurídica que permitiria que a nova regra vigorasse na próxima eleição, ainda que a emenda fosse aprovada após 3 de outubro. ■